



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Promotor de Justiça de 1ª Entrância**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

S.P.Q.R.

**PROVA PREAMBULAR**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica, de material transparente, de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Aduração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Penal**

<p>1. No que se refere à aplicação da lei penal, correto afirmar que</p> <p>(A) a lei excepcional ou temporária, quando já decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.</p> <p>(B) o Código Penal adota a teoria do resultado quanto ao tempo do crime.</p> <p>(C) o dia do fim inclui-se no cômputo do prazo penal.</p> <p>(D) para a determinação do lugar do crime vigora o princípio da ubiquidade.</p> <p>(E) as regras gerais do Código Penal não se aplicam aos fatos incriminados por lei especial, ainda que esta não disponha de modo diverso.</p>	<p>5. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se</p> <p>(A) pela pena aplicada e não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(B) pelo máximo de pena privativa de liberdade cominada ao crime e não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(C) pelo mínimo de pena privativa de liberdade cominada ao crime e não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(D) pela pena aplicada e pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(E) pelo máximo de pena privativa de liberdade cominada ao crime e pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p>
<p>2. NÃO constitui causa geral de diminuição da pena</p> <p>(A) a violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.</p> <p>(B) o arrependimento posterior.</p> <p>(C) a embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, se o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.</p> <p>(D) a prática do fato para salvar direito próprio ou alheio de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, embora razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado.</p> <p>(E) a tentativa.</p>	<p>6. Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares</p> <p>(A) independem de expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.</p> <p>(B) podem sujeitar o condenado ao regime disciplinar diferenciado, com o recolhimento em cela individual escura.</p> <p>(C) tentadas são punidas com a sanção correspondente à falta consumada.</p> <p>(D) são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificá-las.</p> <p>(E) podem ter caráter de sanção coletiva.</p>
<p>3. Nos crimes praticados com violação do dever para com a administração pública, cabível a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a</p> <p>(A) 04 (quatro) anos.</p> <p>(B) 01 (um) ano.</p> <p>(C) 06 (seis) meses.</p> <p>(D) 02 (dois) anos.</p> <p>(E) 03 (três) anos.</p>	<p>7. No homicídio privilegiado, o agente comete o crime sob</p> <p>(A) o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.</p> <p>(B) a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.</p> <p>(C) o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta agressão da vítima.</p> <p>(D) a influência de violenta emoção, logo em seguida a injusta agressão da vítima.</p> <p>(E) o domínio de violenta emoção, ainda que tardia em relação à injusta agressão da vítima.</p>
<p>4. No tocante ao livramento condicional, correto afirmar que</p> <p>(A) apenas pode ser concedido ao condenado a pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos.</p> <p>(B) obrigatória a revogação se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.</p> <p>(C) possível a suspensão se o liberado praticar outro crime durante a vigência do benefício, ainda que não passada em julgado a respectiva condenação.</p> <p>(D) incabível nos casos de condenação por crime hediondo.</p> <p>(E) não se somam, para efeito de eventual concessão, as penas que correspondam a infrações diversas.</p>	<p>8. De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça,</p> <p>(A) incabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.</p> <p>(B) o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo mínimo da pena cominada.</p> <p>(C) inadmissível a determinação de exame criminológico pelas peculiaridades do caso.</p> <p>(D) a falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.</p> <p>(E) vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base.</p>



9. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz, se reconhecer a continuidade delitiva, poderá aumentar a pena de uma só das infrações, se idênticas, ou a mais grave, se diversas,
- (A) de um sexto até metade, não podendo exceder a que seria cabível pela regra do concurso formal.
- (B) até o triplo, não podendo exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.
- (C) de um sexto até dois terços, não podendo exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.
- (D) até o dobro, podendo exceder a que seria cabível pela regra do concurso formal.
- (E) de um sexto até dois terços, podendo exceder a que seria cabível pela regra do concurso formal.
- 
10. Em relação aos crimes contra o patrimônio, correto afirmar que
- (A) a coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (B) a extorsão mediante sequestro atinge a consumação com a efetiva obtenção da vantagem desejada pelo agente.
- (C) o emprego de arma não qualifica o delito de extorsão.
- (D) privada a ação penal no crime de dano qualificado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima.
- (E) cabível o perdão judicial na receptação dolosa simples.
- 
11. Por exigir a ocorrência de resultado para a consumação, é de natureza material o crime de
- (A) condescendência criminosa.
- (B) concussão.
- (C) prevaricação.
- (D) corrupção ativa.
- (E) sonegação de contribuição previdenciária.
- 
12. De acordo com a lei antidrogas,
- (A) o juiz não pode considerar a natureza e a quantidade da substância ou do produto na fixação da pena.
- (B) no caso de posse de drogas para consumo pessoal, a pena de prestação de serviços pode ser aplicada pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, se reincidente o agente.
- (C) a pena somente será reduzida de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o acusado, além colaborar voluntariamente com o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes, também contribuir na recuperação total do produto do crime.
- (D) é isento de pena, em relação exclusivamente aos crimes nela previstos, o agente que, em razão de dependência, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (E) a pena deve ser aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se as circunstâncias evidenciarem a transnacionalidade do delito, mas não se apenas caracterizado o tráfico entre Estados da Federação.
- 
13. Na lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, NÃO constitui causa de aumento da pena, a ser considerada na terceira fase do cálculo, a circunstância de o agente
- (A) não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- (B) praticá-la em faixa de pedestres ou na calçada.
- (C) deixar de prestar socorro à vítima do acidente, quando possível fazê-lo sem risco pessoal.
- (D) utilizar veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
- (E) estar conduzindo veículo de transporte de passageiros no exercício de sua profissão ou atividade.
- 
- Direito Processual Penal**
14. À luz do direito de defesa, e segundo entendimento sumulado, é INCORRETO afirmar que
- (A) a deficiência ou a falta de defesa, no processo penal, constituem nulidade absoluta, independentemente da prova de prejuízo para o réu.
- (B) a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- (C) é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.
- (D) não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (E) no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
- 
15. De acordo com o Código de Processo Penal, a lei processual penal
- (A) retroage para invalidar os atos praticados sob a vigência da lei anterior, se mais benéfica.
- (B) não admite aplicação analógica.
- (C) admite suplemento dos princípios vitais de direito.
- (D) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais de direito.
- (E) admite aplicação analógica, mas não interpretação extensiva.



<p>16. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que</p> <p>(A) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.</p> <p>(B) a autoridade policial poderá requerer a devolução dos autos do juiz para a realização de ulteriores diligências quando o indiciado estiver preso em flagrante e a diligência for célere.</p> <p>(C) poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação penal pública incondicionada, mas apenas mediante requisição do Ministério Público ou do juiz.</p> <p>(D) poderá ser arquivado pelo Delegado Geral de Polícia quando reconhecida, pela autoridade policial, a ocorrência de legítima defesa.</p> <p>(E) se o investigado já foi identificado civilmente não deverá ser indiciado.</p>	<p>19. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça,</p> <p>(A) compete à Justiça Estadual o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, aplicando-se a regra do artigo 78, inciso II, alínea a, do Código de Processo Penal.</p> <p>(B) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.</p> <p>(C) subsiste conflito de competência ainda que haja sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.</p> <p>(D) é absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.</p> <p>(E) a competência do Tribunal de Justiça para julgar feitos não se restringe aos crimes da Justiça Comum Estadual.</p>
<p>17. Em relação à prisão preventiva e às medidas alternativas, é correto afirmar que</p> <p>(A) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa de até sete anos de idade.</p> <p>(B) a prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.</p> <p>(C) será admitida prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a quatro anos.</p> <p>(D) a prisão preventiva não poderá ser decretada em caso de descumprimento das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.</p> <p>(E) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar somente quando o agente for maior de setenta anos.</p>	<p>20. Em relação às citações e intimações, é correto afirmar que</p> <p>(A) a intimação do defensor nomeado far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, omitindo-se o nome do acusado.</p> <p>(B) a intimação do defensor constituído será pessoal.</p> <p>(C) nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a intimação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias.</p> <p>(D) se o acusado é citado por hora certa e não comparece ao processo, será, então, citado por edital.</p> <p>(E) no caso de o acusado estar no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.</p>
<p>18. No tocante à denúncia, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) estando o réu preso, o prazo para seu oferecimento é de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.</p> <p>(B) deverá, necessariamente, estar acompanhada de inquérito policial.</p> <p>(C) se o réu estiver solto ou afiançado, o prazo para seu oferecimento é de 15 dias.</p> <p>(D) deverá conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, e a qualificação do acusado, sendo indispensáveis a classificação do crime e o rol de testemunhas.</p> <p>(E) será rejeitada quando o juiz verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.</p>	<p>21. Em relação ao processo, é correto afirmar que</p> <p>(A) será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.</p> <p>(B) aplicam-se a todos os processos o procedimento comum, salvo as disposições em contrário estabelecidas unicamente em lei especial.</p> <p>(C) no processo ordinário poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco pela defesa.</p> <p>(D) as disposições dos artigos 395 a 398 do Código de Processo Penal aplicam-se a todos os procedimentos penais de primeiro grau, ainda que não regulados no Código.</p> <p>(E) aplicam-se subsidiariamente apenas ao procedimento sumário as disposições do procedimento ordinário.</p>



<p>22. No tocante à prova no processo penal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é facultado ao juiz determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.</p> <p>(B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas.</p> <p>(C) o exame de corpo de delito realizado por perito oficial somente poderá ser feito durante o dia.</p> <p>(D) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.</p> <p>(E) durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia, requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidos sejam encaminhados com antecedência mínima de dez dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.</p>	<p>25. Em tema de recursos especial e extraordinário que versem sobre matéria penal e processual penal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a repercussão geral deverá ser demonstrada em preliminar do recurso extraordinário.</p> <p>(B) a invocação de princípios gerais de direito não enseja, por si só, a viabilidade do recurso extraordinário.</p> <p>(C) não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.</p> <p>(D) segundo entendimento majoritário e recente do Supremo Tribunal Federal, o prazo para interposição do agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário em sede processual penal é de dez dias.</p> <p>(E) o agravo interposto da decisão que inadmitiu recurso extraordinário, já sujeito ao requisito legal da repercussão geral, pode ser sobrestado quando relativo a assunto já encaminhado à decisão sobre repercussão geral.</p>
<p>23. No que diz respeito à sentença, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.</p> <p>(B) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.</p> <p>(C) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido.</p> <p>(D) o juiz, ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção de prisão preventiva.</p> <p>(E) a intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.</p>	<p>26. Acerca da revisão criminal, é correto afirmar que</p> <p>(A) poderá ser requerida em qualquer tempo, mesmo após a extinção da pena.</p> <p>(B) depois de falecido o réu, não se admite revisão criminal.</p> <p>(C) julgando procedente a revisão, o tribunal poderá absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo, mas não poderá alterar a classificação da infração.</p> <p>(D) no caso de ação penal de iniciativa privada, a revisão poderá ser requerida pelo querelante.</p> <p>(E) ainda que fundado em novas provas, não será admissível a reiteração do pedido de revisão criminal.</p>
<p>24. Caberá recurso, em sentido estrito, da decisão</p> <p>(A) que pronunciar o réu.</p> <p>(B) que decidir sobre a unificação de penas.</p> <p>(C) do Tribunal do Júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.</p> <p>(D) que receber a denúncia ou queixa.</p> <p>(E) que impronunciar o réu.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>27. Nos termos do Código Civil brasileiro, considera-se bem imóvel:</p> <p>(A) a energia que tenha valor econômico.</p> <p>(B) o direito à sucessão aberta.</p> <p>(C) material de construção proveniente de demolição.</p> <p>(D) direito pessoal de caráter patrimonial.</p> <p>(E) aeronave.</p>



28. Mauro, médico cirurgião plástico, realiza uma cirurgia para colocação de prótese de silicone em Patrícia, sua paciente, sendo estabelecido o preço de R\$ 8.000,00 pelo procedimento, que é realizado com absoluto sucesso no dia 11 de maio de 2007. Patrícia pagou pela cirurgia apenas o sinal exigido pelo médico de R\$ 2.000,00. Após seis meses Mauro e Patrícia se encontram em um bar e começam a namorar. No dia 11 de maio de 2008, eles se casam regularmente de acordo com a legislação brasileira. Contudo, no mês de setembro de 2012 o casal se divorcia. Neste caso, Mauro
- (A) terá o prazo de um ano para exigir de Patrícia o pagamento da dívida, sob pena de prescrição.
- (B) não poderá mais exigir o pagamento de seus honorários, uma vez que restou consumado o prazo prescricional.
- (C) terá o prazo de três anos para exigir de Patrícia o pagamento da dívida, sob pena de prescrição.
- (D) terá o prazo de dois anos para exigir de Patrícia o pagamento da dívida, sob pena de prescrição.
- (E) terá o prazo de quatro anos para exigir de Patrícia o pagamento da dívida sob pena de prescrição.
29. Analise as seguintes situações hipotéticas sobre as provas, de acordo com o Código Civil brasileiro:
- I. Comparecendo Paulo, brasileiro, e Henri, francês, que desconhece a língua nacional, para lavratura de uma escritura pública, que será dotada de fé pública e fará prova plena, o tabelião, entendendo o idioma francês de Henri, poderá lavrar a escritura, independentemente de tradutor público para servir de intérprete.
- II. Rodrigo, em ação de investigação de paternidade movida por Sheila, representada por Priscila, sua genitora, se recusa a se submeter à perícia médica ordenada pelo juiz. Neste caso, a recusa induz presunção absoluta da veracidade da prova que se pretendia obter com o exame.
- III. Mirela e Rafael celebram um instrumento particular de compra e venda de um imóvel situado na cidade de Maceió e optam por não registrá-lo no momento. A eficácia deste instrumento se dá entre as partes e, também, perante terceiros.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.
30. Sobre a posse, de acordo com o Código Civil é INCORRETO afirmar:
- (A) O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
- (B) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, não anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- (C) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- (D) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, bem como por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação.
- (E) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
31. Manoel casou-se com Joaquina no ano de 2004 e teve com ela dois filhos, Pedro e Luana. O casal adquiriu um pequeno imóvel no bairro de Pitanguinha na cidade de Maceió, com 200 metros de área construída e nele passaram a residir. Além do imóvel, o casal adquiriu dois veículos durante o trâmite da relação conjugal e ambos não possuem outros bens imóveis. Joaquina passou a manter um relacionamento extraconjugal com um companheiro de trabalho e abandonou o marido Manoel no início do ano de 2012, mudando-se para o bairro do Farol, em Maceió. Manoel passou, então, a exercer sem oposição a posse direta com exclusividade sobre o imóvel de propriedade do casal no bairro de Pitanguinha, utilizando-o para sua moradia, bem como de seus filhos Pedro e Luana. Neste caso, Manoel adquirirá o domínio integral deste imóvel se esta posse sem oposição e com exclusividade for exercida pelo prazo mínimo ininterrupto de
- (A) 10 anos.
- (B) 05 anos.
- (C) 02 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) 03 anos.
32. Ricardo, Pedro, José, Maurício e Douglas são proprietários de um imóvel residencial indivisível, situado em bairro nobre de São Paulo, avaliado em aproximadamente R\$ 2.000.000,00. Ricardo e Pedro querem vender o imóvel e desfazer o condomínio. Thalula, empresária, se interessa pelo imóvel e oferece aos condôminos a quantia de R\$ 2.100.000,00. Contudo, José, Maurício e Douglas pretendem exercer o direito de preferência assegurado por lei, igualando a oferta de Thalula. Neste caso, entre estes condôminos, a preferência para aquisição do imóvel será primeiramente conferida àquele que
- (A) oferecer o melhor preço.
- (B) tiver o quinhão maior.
- (C) for o mais idoso.
- (D) primeiro manifestar interesse após a oferta formal de Thalula.
- (E) tiver no imóvel as benfeitorias mais valiosas.
33. Sobre os contratos, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:
- (A) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta.
- (B) Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.
- (C) A proposta feita por telefone não deixa de ser obrigatória se não foi imediatamente aceita.
- (D) Se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, poderá o estipulante exonerar o devedor.
- (E) O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, mas deverá obter a anuência do outro contratante.



34. Considere as seguintes assertivas sobre o casamento, de acordo com o Código Civil brasileiro:

- I. Não podem casar os irmãos, unilaterais ou bilaterais e demais colaterais, até o terceiro grau, inclusive.
- II. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.
- III. O certificado de habilitação concedido pelo oficial de registro terá eficácia de 120 dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

35. O Ministério Público do Estado de Alagoas propõe a interdição de Luan, deficiente mental e viúvo, sendo nomeada como curadora pelo magistrado a sua irmã Regina. Durante a curatela Regina poderá, com autorização judicial,

- (A) adquirir por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis pertencentes ao curatelado.
- (B) adquirir por si, mediante contrato particular, bens imóveis pertencentes ao curatelado.
- (C) dispor dos bens do curatelado a título gratuito.
- (D) aceitar as doações, ainda que com encargos.
- (E) constituir-se cessionário de crédito ou de direito, contra o curatelado.

36. No que concerne à partilha, nos termos preconizados pelo Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Quando parte da herança consistir em bens de liquidação morosa ou difícil, poderá proceder-se, no prazo legal, à partilha dos outros, reservando-se aqueles para uma ou mais sobrepartilhas, sob a guarda e a administração do mesmo ou diverso inventariante, e consentimento da maioria dos herdeiros.
- (B) O herdeiro pode sempre requerer a partilha, desde que não tenha sido proibido pelo testador, cabendo igual faculdade aos seus cessionários e credores.
- (C) Havendo herdeiros capazes e incapazes a partilha amigável poderá ser feita por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.
- (D) Pode o testador indicar os bens e valores que devem compor os quinhões hereditários, deliberando ele próprio a partilha, que prevalecerá, ainda que o valor dos bens não corresponda às quotas estabelecidas.
- (E) Os herdeiros em posse dos bens da herança são obrigados a trazer ao acervo os frutos que perceberam, desde a data do início da posse, ainda que anterior à abertura da sucessão.

37. Analise as seguintes situações hipotéticas, que versam sobre as modalidades das obrigações, de acordo com o Código Civil brasileiro:

- I. Paulo adquiriu um determinado veículo de propriedade de Pedro pagando pelo mesmo a quantia de R\$ 30.000,00. Antes de entregar o bem a Paulo, Pedro é vítima de roubo e o veículo objeto da transação acaba sendo subtraído pelos meliantes. Neste caso, o negócio está resolvido para ambas as partes, cabendo a Pedro apenas devolver a Paulo o dinheiro desembolsado, mais perdas e danos.
- II. Mikely deverá entregar para Janaína um lote de roupas femininas diversas. Antes da entrega, o veículo de propriedade de Mikely, utilizado para o transporte das roupas, é incendiado por vândalos e 70% da mercadoria é deteriorada. Neste caso, Janaína poderá resolver a obrigação ou, então, aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- III. Uma indústria de alimentos adquire parte da próxima safra de arroz de Antônio, um determinado produtor do interior do Estado de São Paulo. Na data pactuada o produto não é entregue em razão da frustração da safra em decorrência de alterações climáticas da região. Neste caso, Antônio, por se tratar de obrigação de entrega de coisa incerta, não poderá alegar perda ou deterioração da coisa, devendo restituir o valor recebido à empresa adquirente.
- IV. Paula contratou o empreiteiro Romeu para executar serviços de hidráulica, elétrica e colocação de forro de gesso em seu novo apartamento, pagando a quantia de R\$10.000,00. Após quinze dias do início da obra, Romeu a abandona imotivadamente, causando um grande atraso em sua finalização. Paula poderá, então, mandar executar o serviço por outro empreiteiro, às custas de Romeu, e exigir o pagamento deste de indenização das perdas e danos que provocou.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

38. Sobre o nascimento, de acordo com a Lei de Registros Públicos, é correto afirmar:

- (A) Constitui motivo para recusa, devolução ou solitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo, por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- (B) Tratando-se de parto ocorrido sem assistência médica em residência, o assento de nascimento deverá conter, também, os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.
- (C) O interessado, no prazo de até seis meses após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
- (D) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo constitui prova ou presunção da paternidade.
- (E) Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo deverá ser emitida pelo Secretário de Saúde do Município do nascimento.



39. NÃO é causa de extinção da servidão, na esteira do Código Civil brasileiro
- (A) o não uso da servidão durante cinco anos contínuos.
  - (B) a reunião dos dois prédios, dominante e serviente, no domínio da mesma pessoa.
  - (C) o resgate da servidão pelo dono do prédio serviente.
  - (D) cessação, para o prédio dominante, da utilidade ou da comodidade que determinou a constituição da servidão.
  - (E) a renúncia pelo titular da sua servidão.

**Direito Processual Civil**

40. No que concerne à natureza jurídica da ação, as afirmativas de que “*não há ação sem direito*”, “*não há direito sem ação*” e de que “*a ação segue a natureza do direito*” são consequências do conceito formulado pela teoria
- (A) do direito subjetivo instrumental.
  - (B) do direito autônomo e concreto.
  - (C) do direito autônomo e abstrato.
  - (D) clássica ou imanentista.
  - (E) do direito de fazer agir o Estado e não do direito de agir.

41. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, foram encontrados os seguintes bens passíveis de penhora:

- I. Bens imóveis.
- II. Pedras e metais preciosos.
- III. Veículos de via terrestre.
- IV. Quotas de sociedade empresária.
- V. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado.

A penhora observará preferencialmente a seguinte ordem:

- (A) III, I, IV, II e V.
- (B) I, III, V, II e IV.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) II, III, I, IV e V.
- (E) III, IV, I, V e II.

42. Na ação de reintegração de posse,
- (A) não pode o autor cumular ao pedido possessório o de cominação de pena para o caso de nova turbulação ou esbulho, devendo valer-se, oportunamente, do interdito proibitório.
  - (B) o réu só pode voltar-se contra o autor, pleiteando proteção possessória e indenização, através de reconvenção.
  - (C) o autor não pode cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção feita em detrimento de sua posse, devendo valer-se, oportunamente, da ação demolitória.
  - (D) o juiz não pode conceder tutela possessória diversa daquela pleiteada na inicial, pois isso violaria o princípio da adequação da sentença ao pedido.
  - (E) é defeso, assim ao autor como ao réu, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio.

43. A respeito da ação monitória, é INCORRETO afirmar:
- (A) Se o réu cumprir o mandado de pagamento ou de entrega da coisa, ficará isento de custas e honorários advocatícios.
  - (B) É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.
  - (C) Não cabe citação por edital em ação monitória.
  - (D) É cabível a reconvenção na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
  - (E) O réu poderá oferecer embargos, que independentem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.

44. A respeito da ação popular, considere:
- I. A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.
  - II. O prazo para contestação é de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte, a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
  - III. A pessoa jurídica tem legitimidade para propor ação popular.
  - IV. A ação popular prescreve em dez anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e IV.

45. Joana obteve a concessão de alimentos provisionais, através de medida cautelar, ajuizada em face de seu marido, José. Ele pagou os quatro primeiros meses e deixou de pagar os quatro últimos. Neste caso, com a superveniência de sentença favorável ao alimentante na ação principal de separação judicial, desobrigando José a pagar alimentos para Joana, José
- (A) não deverá pagar os quatro meses que estava em débito e terá direito à restituição do que já pagou.
  - (B) não deverá pagar os quatro meses que estava em débito e não terá direito à restituição do que já pagou.
  - (C) deverá pagar os quatro meses que estava em débito e terá direito à restituição do que já pagou.
  - (D) deverá pagar os quatro meses que estava em débito e não terá direito à restituição do que já pagou.
  - (E) não deverá pagar os quatro meses que estava em débito e terá direito à restituição em dobro do que já pagou.



46. João, caindo em insolvência, tenta alienar bens que possui. Pedro, no curso de ação de anulação de casamento, está dilapidando os bens do casal. Paulo, devedor, que possui bens de raiz, intenta hipotecá-los, sem ficar com algum livre e desembaraçado equivalente à dívida. Nesses casos, considerando que todos possuem domicílio na cidade de Maceió, caberá, respectivamente,
- (A) arresto, sequestro e arresto dos bens.  
 (B) sequestro, arresto e sequestro dos bens.  
 (C) arresto, arresto e sequestro dos bens.  
 (D) sequestro, sequestro e arresto dos bens.  
 (E) arresto, sequestro e sequestro dos bens.
- 
47. A respeito do mandado de segurança, é correto afirmar:
- (A) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da expressa autorização destes.  
 (B) Da sentença que conceder ou negar o mandado de segurança caberá apelação.  
 (C) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial que comporta recurso com efeito suspensivo.  
 (D) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.  
 (E) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e oitenta dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- 
48. O Ministério Público tem legitimidade para defender os direitos e interesses dos consumidores em juízo, a título coletivo,
- (A) somente quando se tratar de interesses ou direitos difusos e individuais homogêneos.  
 (B) somente quando se tratar de interesses ou direitos difusos e coletivos.  
 (C) quando se tratar de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.  
 (D) somente quando se tratar de interesses ou direitos difusos.  
 (E) somente quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.
- 
49. No que concerne aos aspectos processuais dos Juizados Especiais Cíveis previstos na Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que
- (A) nas ações para reparação de dano de qualquer natureza é competente o foro do domicílio do réu ou o do local do ato ou fato, somente.  
 (B) os incapazes podem ser partes no processo se estiverem representados pelos pais ou tutores.  
 (C) admitir-se-á nomeação à autoria, chamamento ao processo e assistência.  
 (D) tratando-se de pedidos cumulativos, a soma poderá ultrapassar o limite de quarenta salários mínimos.  
 (E) não se fará citação por edital, ainda que o réu se encontre em local incerto e não sabido.
- 
50. O ônus da prova, quando se tratar de falsidade de documento, incumbe
- (A) à parte que produziu o documento.  
 (B) ao autor, independentemente da arguição.  
 (C) ao réu, independentemente da arguição.  
 (D) à parte que a arguir.  
 (E) ao Ministério Público.
- 
51. A ação civil pública
- (A) não comporta ação cautelar.  
 (B) independe da prévia instauração de inquérito civil.  
 (C) será proposta no foro do domicílio do réu.  
 (D) não poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer.  
 (E) não comporta antecipação de tutela.
- 
52. O compromisso de ajustamento
- (A) só tem eficácia se submetido à homologação judicial.  
 (B) referendado pelo Ministério Público tem a qualidade de título executivo.  
 (C) pode ser tomado pelos sindicatos.  
 (D) quando versar sobre obrigação de fazer, só pode ser executado após prévia ação de conhecimento.  
 (E) só tem validade se estiver assinado por duas testemunhas instrumentárias.
- 
- Direito Administrativo**
53. No tocante às restrições e intervenções na propriedade, o tratamento dado ao assunto pelo Direito Brasileiro
- (A) permite que um particular seja sujeito ativo da desapropriação judicial em face de outro particular, cujo imóvel seja objeto da expropriação.  
 (B) não admite hipótese de expropriação de bens destituída de justa indenização.  
 (C) prevê que sempre haverá indenização em favor do particular, pelo simples uso de sua propriedade, caso seja ela requisitada em virtude de iminente perigo público.  
 (D) admite a desapropriação sem pagamento prévio de indenização, caso se trate de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, desde que tal imóvel se situe em área definida pela lei federal como de especial interesse social.  
 (E) impede a desapropriação de bens de família.



54. No Direito Administrativo atual, o princípio da motivação dos atos administrativos vem ganhando enorme importância, como meio de controle da atividade estatal pelos cidadãos. Apesar disso, nos termos da legislação federal, independe de motivação o ato administrativo que
- (A) negue licença, requerida por particular, para o exercício de determinada atividade.
  - (B) promova a anulação de outro ato administrativo.
  - (C) conceda a qualquer interessado o acesso a informações administrativas de interesse público não sujeitas a sigilo legal.
  - (D) promova a revogação de outro ato administrativo.
  - (E) determine a remoção *ex officio* de um servidor.
55. Acerca dos consórcios públicos, a legislação de regência do instituto (Lei nº 11.107/05)
- (A) autoriza que o consórcio público seja contratado por qualquer ente público, com dispensa de licitação.
  - (B) prevê a celebração do contrato de consórcio público mediante a ratificação, por decreto, do protocolo de intenções subscrito pelos entes consorciados.
  - (C) estabelece que o representante legal do consórcio público seja o Chefe do Poder Executivo da entidade de maior abrangência.
  - (D) veda a cessão de servidores públicos dos entes consorciados ao consórcio público.
  - (E) admite a adesão com reservas por ente consorciado, o que caracterizará consorciamento parcial ou condicional.
56. NÃO é medida de natureza cautelar prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92)
- (A) a suspensão de contrato administrativo que beneficie o indiciado.
  - (B) o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, quando necessário à instrução processual.
  - (C) o sequestro de bens do indiciado.
  - (D) o bloqueio de contas bancárias do indiciado.
  - (E) a investigação sobre aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior.
57. Permissionário de cantina localizada em estádio municipal obteve autorização do Município para venda de bebidas alcoólicas no seu estabelecimento. Todavia, sobreveio lei estadual proibindo a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol localizados em território estadual. Dessa nova circunstância decorrerá a
- (A) anulação da autorização.
  - (B) revogação da autorização.
  - (C) superação da autorização.
  - (D) caducidade da autorização.
  - (E) cassação da autorização.
58. Acerca dos contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a delegação dessa atribuição a terceiros contratados.
  - (B) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, salvo se decorrentes de subcontratação.
  - (C) o contratado e a Administração são solidariamente responsáveis pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato; porém, caso a Administração tenha sido omissa na fiscalização da execução, esta responderá de forma principal, remanescendo a responsabilidade subsidiária do contratado.
  - (D) a Administração Pública sempre responde solidariamente com o contratado pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato.
  - (E) em caso de contratação direta, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
59. NÃO se pode exigir, na fase de habilitação das licitações, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93,
- (A) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
  - (B) a comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
  - (C) a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho, como prova de situação regular no cumprimento das normas relativas à segurança e saúde do trabalhador.
  - (D) a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
  - (E) a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.



<p>60. O regime jurídico das empresas públicas que executam atividade de natureza econômica em sentido estrito</p> <p>(A) impõe a observância do limite de remuneração constante do art. 37, XI da Constituição Federal, ainda que não haja participação do erário público para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio original.</p> <p>(B) permite a contratação direta de suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.</p> <p>(C) assegura a observância das prerrogativas processuais típicas da Fazenda Pública, como prazo em quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.</p> <p>(D) afasta a legitimidade passiva de seus agentes no âmbito do mandado de segurança.</p> <p>(E) admite a estabilidade excepcional de seus empregados, nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>	<p>63. No tocante à concessão de serviços públicos, reversão é</p> <p>(A) a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.</p> <p>(B) a perda da delegação do serviço em razão da inexecução parcial ou total pelo concessionário, após processo administrativo em que lhe tenha sido assegurada a ampla defesa.</p> <p>(C) o rompimento do ajuste, por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.</p> <p>(D) a incorporação, pelo poder concedente, dos bens necessários à continuidade da prestação do serviço público, após a extinção do contrato de concessão.</p> <p>(E) o direito atribuído ao proprietário expropriado de pleitear a devolução de bens desapropriados pela concessionária que não foram efetivamente utilizados para a prestação do serviço público.</p>
<p>61. No Direito Administrativo, o atributo da executoriedade consiste na possibilidade que tem a Administração de</p> <p>(A) coagir materialmente o particular a adimplir obrigação que lhe é imposta, nos termos da lei.</p> <p>(B) coagir indiretamente o particular a adimplir obrigação que lhe é imposta, nos termos da lei.</p> <p>(C) executar de ofício medida imposta por lei ao particular, debitando-lhe os custos decorrentes de tal execução.</p> <p>(D) impor obrigações aos particulares, de maneira unilateral, nos termos da lei.</p> <p>(E) promover a inscrição em dívida ativa de obrigação legal não adimplida pelo particular.</p>	<p>64. Embora haja controvérsia acerca da existência do poder regulamentar autônomo em nossa ordem constitucional, é fato que a Constituição Federal autoriza o Chefe do Poder Executivo Federal a dispor diretamente, mediante decreto, sobre</p> <p>(A) anistia ou remissão de tributos.</p> <p>(B) regime disciplinar dos militares.</p> <p>(C) organização e funcionamento da administração federal, desde que eventual aumento de despesa decorrente da criação de cargos ou órgãos esteja contemplada na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.</p> <p>(E) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.</p>
<p>62. A Lei de Processos Administrativos (Lei Federal nº 9.784/99)</p> <p>(A) veda que os menores de dezoito anos atuem em processos administrativos de qualquer natureza.</p> <p>(B) suspende o prosseguimento do processo quando pendente a emissão de parecer de natureza obrigatória e vinculante.</p> <p>(C) proíbe a adoção de medidas acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.</p> <p>(D) obsta a delegação de competências administrativas a órgãos não sujeitos à subordinação hierárquica do órgão delegante.</p> <p>(E) impede a atuação de servidor em processo no qual figure como testemunha seu primo de primeiro grau.</p>	<p>65. Uma servidora pública estadual é vítima de constantes humilhações de seu superior hierárquico, culminando a perseguição com a remoção desnecessária e injustificada para um posto distante de sua residência. Diante de tal circunstância, a servidora decide ajuizar ação de indenização por danos morais e materiais – visto que teve gastos médicos decorrentes do sofrimento psicológico a que foi submetida. Uma vez provados tais fatos, a responsabilidade</p> <p>(A) é atribuível de forma solidária ao Estado e ao agente público que submeteu a autora a assédio moral.</p> <p>(B) no tocante aos danos morais é atribuível tão somente ao agente público, em vista da natureza eminentemente pessoal do conflito.</p> <p>(C) é exclusiva do agente público, visto que a entidade estatal não obteve nenhum proveito da situação, refugiando ao âmbito da teoria do risco-proveito, embasadora da responsabilidade objetiva estatal.</p> <p>(D) somente poderá ser atribuída ao ente estatal caso se comprove a <i>culpa in vigilando</i> em relação à atuação do agente público que promoveu o assédio moral, por se tratar de conduta omissiva do ente estatal, o que ensejaria responsabilidade na modalidade subjetiva.</p> <p>(E) é atribuível de forma principal ao agente público, por ser o causador direto do dano; e de forma subsidiária ao ente estatal, caso o agente público não tenha patrimônio para reparar o dano causado.</p>

**Direito Constitucional**

66. Determinado Estado-Membro da Federação Brasileira possui uma lei de organização de seus servidores públicos, em vigor desde 1986, com três dispositivos frontalmente contrários à atual ordem constitucional. Referidos dispositivos legais poderão ter sua compatibilidade com a Constituição Federal judicialmente questionada por meio de

- (A) ação direta de inconstitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental, de competência do Tribunal de Justiça do respectivo Estado-Membro.
- (C) recurso extraordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão, de competência do Tribunal de Justiça do respectivo Estado-Membro.
- (E) ação direta interventiva, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

67. Certo governo estadual, tendo em vista o aumento do número de crianças nas ruas, decide intensificar programas de institucionalização, sob o argumento de que esta ação protegerá crianças em situação de risco com mais eficácia do que o investimento em programas de atendimento social a famílias carentes. O Ministério Público do Estado respectivo pretende acionar o Judiciário para que se pronuncie sobre a compatibilidade da decisão governamental com a disciplina dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e fundamente sua petição em princípio de hermenêutica constitucional, denominado princípio ....., tecendo o seguinte raciocínio:

- I. Sob o prisma da ....., conclui-se que a opção do governo não é idônea para os fins que busca, já que a principal causa do abandono reside no desajuste social das famílias. Assim, a institucionalização não atingiria a raiz do problema e não seria capaz de diminuir o número de crianças nas ruas.
- II. No entanto, ainda que o Judiciário entenda que a medida é idônea, sob o prisma da ....., conclui-se que a opção do governo não é a melhor escolha possível, pois existem outras políticas públicas menos gravosas para a garantia da proteção integral da criança, capazes, inclusive, de gerar melhores resultados do que a política de institucionalização.
- III. Todavia, ainda que o Judiciário entenda que a medida é idônea e se materializa na melhor escolha possível, sob o prisma da ....., conclui-se que a opção do governo não é equilibrada e não gera mais vantagens para a sociedade, na medida em que a institucionalização transforma-se em uma espécie de punição à criança que se encontra em situação de pobreza, imputando-lhe uma carga demasiadamente onerosa para suportar.

Os termos jurídicos que completam corretamente as lacunas do texto são, respectivamente,

- (A) do efeito integrador; idoneidade; proporcionalidade em sentido estrito; efetividade.
- (B) da conformidade funcional; adequação; integração; proporcionalidade.
- (C) da unidade da Constituição; proporcionalidade; adequação; justeza.
- (D) da proporcionalidade; adequação; necessidade; proporcionalidade em sentido estrito.
- (E) da máxima efetividade; necessidade; razoabilidade; efetividade.

68. Sobre as leis delegadas, é correto afirmar que

- (A) não podem versar sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
- (B) perderão a eficácia, desde a edição, se não forem aprovadas pelo Congresso Nacional no prazo de sessenta dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- (C) devem ser apreciadas em regime de urgência constitucional no prazo de cem dias.
- (D) podem ter como objeto matéria reservada à lei complementar.
- (E) possuem hierarquia inferior à lei ordinária no ordenamento jurídico.

69. Durante a campanha eleitoral em pleito para escolha de Chefe do Poder Executivo de Município com pouco mais de 25.000 habitantes, determinado candidato promete que, se eleito, promoverá as seguintes ações:

- I. Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas para a aplicação das verbas decorrentes deste tributo em políticas públicas de natureza social.
- II. Apoio à Câmara Municipal para que aprove o Plano Diretor da cidade com a maior brevidade possível, a fim de serem estabelecidas regras para a política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- III. Desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social.
- IV. Prestação, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, de serviços de atendimento à saúde da população.

À luz do que estabelece a Constituição Federal, poderão, em tese, ser cumpridas as promessas contidas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

70. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República

- (A) dispor, mediante resolução, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (B) conceder indulto, atribuição que pode ser delegada aos Governadores de Estado.
- (C) expedir decretos para a fiel execução de lei, os quais, caso exorbitem do poder regulamentar, poderão ser sustados pelo Congresso Nacional.
- (D) convocar plebiscito desde que autorizado por 1% do eleitorado nacional.
- (E) exercer, juntamente com o Congresso Nacional, o comando supremo das Forças Armadas.



71. A competência para apreciar atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão é
- (A) do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
  - (B) exclusiva do Congresso Nacional.
  - (C) privativa da Câmara dos Deputados.
  - (D) privativa do Senado Federal.
  - (E) privativa do Presidente da República.

72. Considere o excerto a seguir, transcrito da ementa de acórdão relativo ao julgamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), no qual se questiona a compatibilidade de lei estadual paulista com a Constituição Federal:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI PAULISTA. PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO, EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS CONTENDO QUALQUER TIPO DE AMIANTO. GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS. LEGITIMIDADE ATIVA. INVASÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO.*

*1. Lei editada pelo Governo do Estado de São Paulo. Ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Governador do Estado de Goiás. Amianto crisotila. Restrições à sua comercialização imposta pela legislação paulista, com evidentes reflexos na economia de Goiás, Estado onde está localizada a maior reserva natural do minério..."*

À luz das disposições normativas que regulam o controle de constitucionalidade concentrado no Brasil, a referida ADI

- (A) não poderia ter sido proposta pelo governador de Goiás, por ausência de pertinência temática para discutir *in abstracto* lei promulgada por outro Estado-Membro da Federação.
- (B) não é de competência do Supremo Tribunal Federal, por se tratar de controle de constitucionalidade de lei estadual, o qual deve tramitar no Tribunal de Justiça do respectivo Estado-Membro.
- (C) tem por objeto declarar a inconstitucionalidade de lei estadual que, ao pretender disciplinar aspectos de proteção ao meio ambiente, invadiu competência legislativa privativa da União.
- (D) deveria ser convertida em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), pelo princípio da fungibilidade, na medida em que a ADPF é o instrumento mais adequado para o controle concentrado de lei estadual em face da Constituição Federal.
- (E) não admite desistência, a partir de sua propositura, sendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de dispositivos da lei paulista é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios.

73. A União decide intervir no Distrito Federal para manter a integridade nacional. Para isso, solicita autorização ao Congresso Nacional e ingressa com ação direta interventiva no Supremo Tribunal Federal (STF). Embora o Congresso Nacional tenha manifestado opinião contrária à intervenção, a ação direta interventiva é julgada procedente pelo STF. Assim, com base na decisão judicial favorável, o Presidente da República edita decreto de intervenção, estabelecendo como condições de execução restrições ao direito de reunião, ao sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

O procedimento, conforme relatado, para que União possa intervir no Distrito Federal com o objetivo de manter a integridade nacional,

- (A) é integralmente compatível com a Constituição Federal.
- (B) possui vício apenas em relação à solicitação de autorização ao Congresso Nacional, haja vista que o Poder Legislativo tem poderes para tão somente apreciar o decreto de intervenção, e não para autorizar o ato.
- (C) possui vício apenas em relação à necessidade de ajuizamento de ação direta interventiva no STF, na medida em que o Poder Judiciário não é suscitado a se pronunciar no caso de intervenção espontânea.
- (D) possui vício apenas em relação às restrições a direitos fundamentais contidas no decreto de intervenção, pois estas só podem ser previstas em caso de estado de defesa ou de sítio.
- (E) é incompatível com a Constituição Federal no que se refere à solicitação de autorização ao Congresso Nacional, à necessidade de ajuizamento de ação direta interventiva e às restrições a direitos fundamentais previstas no decreto de intervenção.

74. Analise as situações apresentadas abaixo:

I. Tício deseja obter um financiamento para a aquisição de casa própria. Ao consultar cadastros pessoais no banco de dados de caráter público do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), descobriu que tais registros continham informações incorretas sobre sua pessoa. Solicitou a retificação dessas informações ao SPC, o qual negou o pleito decorridos vinte dias da entrega da solicitação.

II. Mévia, professora estadual aposentada, optou por discutir judicialmente o recebimento de reposição salarial, datada de período em que a inflação brasileira não estava controlada. Embora não haja irregularidades no julgamento do processo, sua tramitação já perdura por quinze anos e está aguardando julgamento final em última instância recursal. Em decorrência do longo tempo de espera por uma decisão judicial definitiva, Mévia se sente lesada em seu direito fundamental à razoável duração do processo.

III. Empresa estrangeira da indústria alimentícia, que realiza negócios no Brasil, tem mercadorias retidas na alfândega brasileira em decorrência de omissão ilegal de autoridade pública local. Os direitos violados da empresa podem ser comprovados documentalmente e configuram-se como líquidos e certos.

O mandado de segurança é remédio constitucional adequado na situação relatada em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.



<p>75. Analise as situações apresentadas abaixo:</p> <p>I. O governo de determinado Estado-Membro da Federação Brasileira deixou de aplicar o mínimo exigido constitucionalmente da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II. O sindicato dos servidores da Receita Federal entende que sua categoria deveria entrar em greve e pretende encontrar uma forma de assegurar o exercício desse direito, na medida em que a norma constitucional que o prevê ainda depende de regulamentação.</p> <p>III. Lei federal relacionada a matéria de direito civil estabelece benefícios decorrentes do cumprimento de determinada obrigação e determina que outra lei federal especificará os requisitos para a obtenção desses benefícios. Caio, interessado em tais vantagens, descobre que a referida lei federal ainda não fora promulgada.</p> <p>O mandado de injunção é remédio constitucional adequado na situação relatada em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I, apenas.</p> <p>(E) I e II, apenas.</p>	<p>77. Tanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)</p> <p>(A) possuem quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo todos nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) reveem, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de seus membros julgados há mais de um ano.</p> <p>(C) possuem, dentre seus membros, dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.</p> <p>(D) recebem reclamações contra seus membros ou órgãos, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar remoção, disponibilidade ou aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.</p> <p>(E) elaboram relatório semestral, propondo as providências que julgarem necessárias sobre a situação de seus membros, bem como prestam contas de suas atividades ao Tribunal de Contas da União bimestralmente.</p>
<p>76. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000)</p> <p>(A) é fruto de projeto de lei de conversão de medida provisória editada pelo Presidente da República.</p> <p>(B) regula a proibição de excesso de despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) estabelece limites para as despesas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais, se não forem cumpridos, implicam a exoneração, pelo menos em vinte por cento, de servidores estáveis.</p> <p>(D) permite, a partir de dois anos de sua publicação, que o Banco Central do Brasil emita títulos da dívida pública.</p> <p>(E) considera como instrumentos de transparência da gestão fiscal os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, decisões judiciais e as versões completa e simplificada do Relatório de Gestão Fiscal.</p>	<p>78. Determinada lei complementar federal, que entrou em vigor em 1990, passa a ter conteúdo incompatível com uma emenda constitucional que, promulgada e publicada em 2011, entrou em vigor na data de sua publicação. Referida emenda constitucional, submetida a controle de constitucionalidade concentrado, é declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, a lei complementar federal</p> <p>(A) deixa de gerar efeitos a partir da publicação da emenda constitucional.</p> <p>(B) sofre desconstitucionalização, deixando de gerar efeitos a partir do trânsito em julgado da decisão do STF que declara a constitucionalidade da referida emenda constitucional.</p> <p>(C) continua gerando efeitos no ordenamento jurídico, os quais só podem ser sobrestados por meio do reconhecimento de sua inconstitucionalidade em sede de controle difuso ou concentrado.</p> <p>(D) sofre repristinação, deixando de gerar efeitos a partir da promulgação da emenda constitucional.</p> <p>(E) continua gerando efeitos no ordenamento jurídico, os quais só podem ser sobrestados se resolução do Senado Federal suspender sua execução no todo ou em parte.</p>



### Direito da Criança e do Adolescente

79. Com relação às competências dos entes da Federação, segundo a Lei nº 12.594/12 (SINASE),
- (A) aos Estados compete estabelecer com a União formas de colaboração para o atendimento socioeducativo em meio aberto.
- (B) aos Estados compete criar e manter os programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e liberdade assistida.
- (C) aos Municípios compete editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo.
- (D) à União compete elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria exclusiva com os Estados e o Distrito Federal.
- (E) à União compete o desenvolvimento e a oferta de programas próprios de atendimento para execução de medida socioeducativa de internação.
- 
80. Quando da elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento), nos termos da Lei nº 12.594/12 (SINASE), obrigatoriamente, dele deverá constar
- (A) a relação dos antecedentes infracionais do adolescente e a informação sobre cumprimento ou descumprimento de medidas anteriormente impostas.
- (B) a previsão das condutas passíveis de sanção disciplinar por até quarenta e oito horas.
- (C) a indicação dos programas socioassistenciais em que o adolescente e a família já estejam incluídos.
- (D) os objetivos declarados pelo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.
- (E) a definição das atividades internas e externas, individuais e coletivas, das quais o adolescente poderá participar, no caso de imposição da medida de liberdade assistida.
- 
81. A respeito do Conselho Tutelar, é correto afirmar que
- (A) o processo para escolha de seus membros será estabelecido em lei municipal, contando com a fiscalização do Poder Judiciário.
- (B) aos Conselheiros Tutelares cabe promover ações de suspensão ou perda do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou adolescente na família natural.
- (C) as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) poderão os Conselheiros Tutelares conceder a guarda provisória de criança ou adolescente à pessoa de reputação ilibada.
- (E) são impedidos de servir no mesmo Conselho, dentre outros(as), o(a) sogro(a) e seu genro ou nora.
- 
82. A respeito dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) a assistência psicológica, pelo Sistema Único de Saúde, é assegurada somente às gestantes e mães que manifestem o desejo de entregar seus filhos em adoção.
- (B) o Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- (C) em casos de internação de criança, o estabelecimento de saúde deverá propiciar condições de permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, não ocorrendo o mesmo em caso de internação de adolescente.
- (D) o direito à liberdade de opinião e expressão é garantido unicamente ao adolescente, não se estendendo à criança.
- (E) o direito à convivência familiar garante à criança e ao adolescente nessa ordem, a preferência de ser criado no seio de sua família natural, substituta e, em último caso, na sua família ampliada.
- 
83. Dentre as funções do Ministério Público previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, está a de
- (A) expedir portarias autorizando ou proibindo a permanência de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, se de forma diversa não dispuser a autoridade judiciária.
- (B) conceder remissão como forma de suspensão e exclusão do processo.
- (C) aplicar penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude.
- (D) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas para instruir procedimento administrativo.
- (E) promover, desde que haja solicitação do interessado, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas de tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de criança e do adolescente.
- 
84. No tocante à prática de ato infracional, é correto afirmar que
- (A) a autoridade policial poderá aplicar a advertência e a obrigação de reparar o dano, se presente prova de materialidade e indícios suficientes de autoria.
- (B) se cometido no interior de unidade de internação por interno maior de 18 anos, responde o jovem nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) em caso de internação, inclusive internação provisória, serão obrigatórias as atividades pedagógicas.
- (D) se praticado por criança, somente será possível a aplicação da medida socioeducativa de advertência.
- (E) se de reflexos patrimoniais, poderá a autoridade judicial aplicar a medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano aos pais ou responsáveis, concedendo remissão ao adolescente.

**Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

85. Na ação civil pública ajuizada por associação legitimada, mesmo que ela seja vencida
- (A) não será condenada, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
  - (B) não será condenada em honorários advocatícios, mas pagará as custas e despesas processuais.
  - (C) em nenhuma hipótese será condenada ao pagamento de honorários advocatícios, custas e despesas processuais.
  - (D) será condenada, apenas, ao pagamento de metade das custas e despesas processuais e a honorários advocatícios arbitrados equitativamente pelo juiz.
  - (E) será condenada a pagar honorários advocatícios, mas ficará isenta do pagamento de custas e despesas processuais.
86. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público
- (A) não poderá definir nas unidades da Federação espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos, por violar o princípio federativo.
  - (B) poderá exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
  - (C) só poderá controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, que é bem indisponível, mas não dos que, apenas, comprometerem a qualidade de vida, por ferir princípios que norteiam a ordem econômica disciplinada pela Constituição Federal.
  - (D) poderá promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, salvo o superior, para não ferir a autonomia universitária.
  - (E) poderá exigir compensação financeira, mas não a recuperação do meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais.
87. A inversão do ônus da prova, em processo civil, a favor do consumidor, poderá ser deferida pelo juiz
- (A) mediante apreciação discricionária das razões em que se funda a pretensão do consumidor, facultado ao fornecedor recorrer da decisão para o Tribunal competente.
  - (B) sempre que considerar o consumidor vulnerável, ainda que não o considere hipossuficiente.
  - (C) à vista de simples requerimento do consumidor, que afirmar seu estado de pobreza.
  - (D) somente quando a prova pertinente exigir perícia de alto custo.
  - (E) quando, a critério deste, for verossímil a alegação, ou quando for o consumidor hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
88. A propositura da ação civil pública
- (A) pelo Ministério Público é sempre admissível para a defesa de quaisquer interesses individuais que apresentem relevância jurídica e venham beneficiar um número razoável de pessoas.
  - (B) em nenhuma hipótese será precedida de ação cautelar, podendo o autor, entretanto, requerer a antecipação da tutela.
  - (C) determina litispendência com qualquer outra ação individual que tenha a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
  - (D) por associação, em nenhuma hipótese, dispensa a exigibilidade de sua pré-constituição há pelo menos um ano, nos termos da lei civil.
  - (E) prevenirá a jurisdição do Juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
89. É competente para os processos cíveis regidos pela Lei nº 11.340, de 07/08/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher,
- (A) o Juizado de seu domicílio ou residência, do lugar do fato em que se baseou a denúncia ou do domicílio do agressor, por opção da ofendida.
  - (B) somente o Juizado do lugar do fato em que se baseou a denúncia.
  - (C) o Juizado da residência ou do domicílio da ofendida, com exclusão de qualquer outro.
  - (D) somente o Juizado do local do fato ou do domicílio do agressor, com exclusão de qualquer outro.
  - (E) o Juizado do domicílio do agressor, com exclusão de qualquer outro, em função da regra segundo a qual a ação deve ser proposta no domicílio do réu.
90. As diretrizes para uso do solo, traçado dos lotes do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário dos loteamentos urbanos, serão
- (A) dispensadas, em qualquer município, por ato discricionário da autoridade municipal competente.
  - (B) requeridas à Prefeitura Municipal ou ao Distrito Federal, quando for o caso, e só serão dispensadas quando o plano diretor contiver diretrizes de urbanização para a zona em que se situe o parcelamento.
  - (C) requeridas à Prefeitura Municipal ou ao Distrito Federal, quando for o caso, mas serão dispensáveis, nos municípios com menos de 50.000 habitantes.
  - (D) exigíveis, apenas em municípios com menos de 50.000 habitantes.
  - (E) exigíveis, apenas quando houver previsão expressa na legislação do município onde se efetivar o parcelamento do solo.



### Direito Eleitoral

91. A respeito das inelegibilidades e das impugnações ao registro de candidaturas, é correto afirmar:
- (A) Inclui-se dentre as condições de inelegibilidade previstas na Constituição Federal brasileira a idade mínima de vinte e um anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (B) O conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade do Presidente e do Vice-Presidente da República inserem-se na competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- (C) O prazo para impugnação ao registro de candidatura é de cinco dias para qualquer candidato, partido político ou coligação e de dez dias para o Ministério Público, contados da publicação do pedido.
- (D) O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, mesmo que, nos últimos seis meses anteriores ao pleito, tenham sucedido ou substituído o titular.
- (E) São inelegíveis para o Senado Federal, até seis meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções, os Secretários de Estado.

92. De acordo com as normas legais que regulamentam a propaganda eleitoral no rádio e na televisão,
- (A) dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação poderá participar, em apoio aos candidatos desta ou daquele, qualquer cidadão, sendo que, se houver remuneração, o respectivo valor deverá constar da respectiva prestação de contas.
- (B) se o candidato a Presidente ou a Governador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não houver substituição na forma da lei, o respectivo tempo na propaganda eleitoral gratuita será devolvido à programação normal da emissora de rádio ou televisão.
- (C) se houver segundo turno, o horário destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão será dividido pela Justiça Eleitoral entre os candidatos que o disputarem, considerando a proporção dos votos obtidos no primeiro turno, desprezando-se os votos em branco, nulos e os atribuídos a outros candidatos.
- (D) para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras que obtiverem a concordância de, pelo menos, a metade dos candidatos aptos no caso de eleição majoritária.
- (E) é facultada a inserção de depoimento de candidato a eleições proporcionais no horário da propaganda das candidaturas majoritárias e vice-versa, registrados sob o mesmo partido ou coligação, desde que o depoimento consista exclusivamente em pedido de voto ao candidato que cedeu o tempo.

93. A ação de impugnação de mandato eletivo
- (A) no caso de serem diplomados senadores e deputados federais insere-se na competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) tem a sua propositura condicionada ao prévio ajuizamento de investigação judicial eleitoral.
- (C) exige a diplomação como pré-requisito e pressuposto processual para o seu ajuizamento.
- (D) está sujeita a preparo, exceto quando for ajuizada pelo Ministério Público.
- (E) não está sujeita a prazo de decadência e pode ser proposta a qualquer tempo, enquanto durar o mandato eletivo.

94. A respeito da propaganda eleitoral em geral, considere:
- I. Apresentação não remunerada de artistas com a finalidade de animar comícios.
- II. Distribuição de bonés e brindes com a autorização de candidato.
- III. Caminhada até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição.
- IV. Colocação de *outdoors* com a fotografia de candidato.

De acordo com a Lei nº 9.504/97, são PROIBIDAS as propagandas eleitorais indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

### Legislação Institucional

95. De acordo com a Constituição Federal brasileira, o Ministério Público
- (A) integra o Poder Legislativo, pois fiscaliza o cumprimento das leis.
- (B) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- (C) integra o Poder Judiciário, perante o qual atua na defesa da ordem jurídica.
- (D) integra o Poder Executivo, porque a sua tarefa é administrativa.
- (E) é órgão autônomo do Poder Judiciário, com autonomia funcional, unidade e indivisibilidade.
96. Segundo a Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no tocante a Organização do Ministério Público, incluem-se dentre seus órgãos de execução
- (A) as Procuradorias de Justiça.
- (B) os Centros de Estudos e aperfeiçoamento funcional.
- (C) os estagiários.
- (D) os órgãos de apoio administrativo.
- (E) os Promotores de Justiça.



97. Segundo a Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), constitui, dentre outras, prerrogativa dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função,
- (A) adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face de irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo.
  - (B) indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal.
  - (C) assistir os atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença.
  - (D) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista.
  - (E) declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei.

98. De acordo com o Estatuto do Ministério Público de Alagoas (Lei Complementar nº 15/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público, como órgão de Administração Superior,
- (A) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria Geral de Justiça.
  - (B) julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.
  - (C) decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
  - (D) julgar recurso contra decisão proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade.
  - (E) julgar recurso contra decisão de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.

#### **Direito Empresarial**

99. A circulação dos títulos de crédito à ordem se dará
- (A) por endosso, que não pode ser cancelado e independentemente da tradição do título.
  - (B) apenas por endosso em preto.
  - (C) pela aposição de aval.
  - (D) por endosso, completando-se a transferência com a tradição do título.
  - (E) pela simples tradição, uma vez que o título se considera coisa móvel.

100. NÃO são empresárias
- (A) as sociedades cooperativas.
  - (B) as sociedades por ações que tenham por objeto a prestação de serviços.
  - (C) quaisquer sociedades limitadas.
  - (D) apenas as sociedades não personificadas.
  - (E) as sociedades em nome coletivo, qualquer que seja o seu objeto.